



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL
Ata da 82ª reunião, realizada em 15 de abril de 2015

1 Em 15 de abril de 2014, reuniu-se a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no auditório da Secretaria
3 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em
4 Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o
5 presidente André Luis Ruas, representante da SEMAD; Victor Soares Lopes,
6 da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa);
7 Sônia Maria Costa Greco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
8 Econômico (Sede); Ronan Andrade Nogueira, da Secretaria de Estado de
9 Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru);
10 Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Transporte e Obras
11 Públicas (Setop); Carlos Henrique Sousa da Silva, da Polícia Militar de Minas
12 Gerais (PMMG); Carlos Eduardo Ferreira Pinto, da Procuradoria-Geral de
13 Justiça (PGJ); Sarah Aurichio Lopes Cordeiro Ribeiro, da Comissão de Meio
14 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do
15 Estado de Minas Gerais; Marco Túlio Simões Coelho, do Instituto Brasileiro do
16 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); –
17 representantes do poder público; Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação
18 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos
19 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
20 (Faemg); Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos
21 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Marco
22 Aurélio Moreira, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do
23 Estado de Minas Gerais (Federaminas); Thaís Rêgo de Oliveira, do Sindicato
24 da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Leila Margareth
25 Möller, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes);
26 Newton Reis de Oliveira Luz / Luiz Carlos Silva Machado, do Conselho
27 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG); Gustavo
28 Henrique Wykrota Tostes, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês
29 de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do
30 Instituto de Estudos Pró-Cidadania (Pró-Cittá); Virgínia Granja Silva Machado
31 de Lima, do Centro Universitário Una – representantes da sociedade civil.
32 **Assuntos em pauta. 1) HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional
33 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente André Luis Ruas declarou aberta a
34 82ª reunião da Câmara Normativa e Recursal e leu o memorando em que é
35 feita a sua indicação para presidir a sessão, com justificativa de ausência da
36 presidente titular, a secretária de Estado Adjunta do Meio Ambiente e
37 Desenvolvimento Sustentável, Marília Carvalho de Melo. **3) COMUNICADOS**

38 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** O conselheiro Eduardo
39 Antônio Arantes do Nascimento registrou solicitação a ser levada ao
40 presidente do COPAM, o secretário de Estado de Meio Ambiente e
41 Desenvolvimento Sustentável, Luiz Sávio de Souza Cruz, e à secretária
42 adjunta, Marília Carvalho de Melo, para que seja realizada uma reunião da
43 força-tarefa do governo com as entidades participantes do Conselho e outras
44 interessadas, em caráter de consulta pública, com prazo de 10 minutos para
45 manifestação de cada entidade. “Na sexta-feira, a Comissão de Meio
46 Ambiente da Assembleia realizou uma audiência pública muito importante, e
47 o próprio secretário, deputado Sávio, teve oportunidade de explicitar um pouco
48 o entendimento dele da situação atual do Sisema. Algumas entidades também
49 foram convidadas, mas é evidente que a questão não se esgotou. Nós fomos
50 informados pelo secretário, e agora através da imprensa, que o governo criou
51 uma força-tarefa para reavaliar o Sisema, as questões de licenciamento
52 ambiental e várias questões, o que é uma iniciativa importante. Algumas
53 questões são polêmicas, não há como desconhecer isso, e as questões de
54 maior relevância, obrigatoriamente, terão que ser trazidas ao COPAM, para as
55 mudanças; não são um ato próprio do governo. Se vierem sem maiores
56 discussões anteriores com os membros do Conselho, ocorrerá uma cascata
57 de pedidos de vista, e, ao final do processo, a única unanimidade será o
58 descontentamento de todos. Eu queria solicitar que a SEMAD promova aqui
59 um dia de escuta pública das entidades que participam do COPAM e também
60 das que não participam, com 10 minutos para cada, sem debate entre si,
61 apenas para o governo ter clareza do que cada entidade, cada setor, pensa
62 sobre a questão. Eu acho que isso deveria ser feito com certa urgência, porque
63 a força-tarefa já realizou duas reuniões. Algumas são questões polêmicas. Por
64 exemplo, municipalização do licenciamento ambiental. Depende de como,
65 pode ser bom ou ruim para o meio ambiente. A participação do Ministério
66 Público no COPAM, eu, por exemplo, acho indispensável, outros não acham.
67 Que o licenciamento ambiental prejudica o crescimento econômico e o
68 desenvolvimento do país. Há um desconhecimento, nessa tese, de economia.
69 Mas vamos discutir. Nessas questões polêmicas, tem que ouvir a sociedade,
70 e eu proponho uma seção pública, inclusive, para que o governo não escute
71 alguns na Cidade Administrativa e não escute outros. Tem que ser discutida
72 também a capacidade operacional do Sisema. Quando se fala que tem tantos
73 processos em tramitação, tantos autos de infração etc. Necessariamente, a
74 capacidade operacional, o número de funcionários. As questões da agricultura
75 não podem ser tratadas no viés industrial, por exemplo, pagamento por
76 serviços ambientais. Eu acho que isso tudo vai ser abordado, para o governo
77 ter uma visão do que os atores sociais pensam sobre a questão.” O presidente
78 André Luis Ruas informou que irá levar à SEMAD a solicitação do conselheiro
79 e apresentará resposta à Câmara. Prestou ainda os seguintes

80 esclarecimentos: “Essa força-tarefa é do governo de Minas e extrapola um
81 pouco a Secretaria, com integrantes do COPAM, mas representantes do poder
82 público; a sociedade civil não está participando. Já houve duas reuniões, e,
83 geralmente, acontecem nas terças-feiras. Paralelo a essa força- tarefa maior,
84 com representantes de várias secretarias e de outros órgãos públicos, dentro
85 do Sisema, nós também montamos um grupo para discutir essas questões,
86 com representantes da SEMAD e das três casas: FEAM, IGAM e IEF. A força-
87 tarefa tem prazo de cem dias para concluir os trabalhos. Pela questão da
88 urgência da discussão, talvez por esse motivo, não foi tão aberta a discussão
89 para todos aqueles que têm interesse na questão, mas eu acho pertinente,
90 sim, porque muito do que for discutido e que a força-tarefa decidir vai ter que
91 ser discutido e deliberado por este Conselho.” A conselheira Maria Teresa
92 Viana de Freitas Corujo endossou a solicitação de participação da sociedade
93 civil organizada nas discussões da força-tarefa e registrou a seguinte
94 manifestação: “Eu quero registrar que estamos muito preocupados porque
95 percebemos que, dentro das diretrizes do governo para resolver essa grave
96 crise hídrica, não estão sendo consideradas premissas básicas, por exemplo,
97 a questão sistêmica. Então, fomos surpreendidos, primeiro, por uma força-
98 tarefa para avaliar a questão hídrica, que não chamou, nem para tentar
99 delinear alguma coisa em comum, os Comitês de Bacia do Estado. Depois,
100 fomos surpreendidos com uma força-tarefa sobre a questão do Sisema, com
101 o Artigo 4º, com o que nós nos preocupamos. Vamos aguardar se será da
102 forma que o senhor está colocando e que o secretário Sávio colocou na
103 audiência pública da Assembleia. Agora, estamos vendo as portarias do IGAM
104 sobre a situação do Paraopeba, que trazem a questão de redução das
105 captações superficiais e não mencionam nada sobre a questão subterrânea.
106 Então, nós da sociedade civil percebemos como vamos lidar com uma grave
107 crise hídrica no Estado de Minas Gerais, caixa d’água do Brasil, se estamos
108 começando a tratar disso de forma fragmentada, sem contemplar os diversos
109 atores que vêm acumulando e têm muito conhecimento de Comitês de Bacia,
110 e ainda tratando as questões de forma que, no nosso entendimento, é
111 inconsequente. Como vai se resolver o problema na bacia do rio Paraopeba
112 fazendo redução só de consumo de água superficial? Diz que serão
113 suspensas outorgas, mas abre uma brecha de que o IGAM terá competência
114 de outorgar, dependendo se for importante. Nós temos no nosso Estado que
115 a mineração é utilidade pública. Então, se esse argumento for usado, nós
116 podemos ser surpreendidos, na própria bacia do Paraopeba, com novas
117 outorgas subterrâneas ou superficiais para atividades que impactam
118 diretamente e que trouxeram situações dos reservatórios do rio Manso e do
119 Serra Azul. Porque em todo lugar em que se fala da situação dos reservatórios
120 de Serra Azul, de Várzea das Flores e do rio Manso não se coloca que ali tem
121 todo um conjunto de impactos gravíssimos ao sistema que emite aquela água.

122 Então, eu quero deixar registrado que é fundamental que a Secretaria de
123 Estado de Meio Ambiente, o governo, o IGAM tratem a questão hídrica da
124 forma que precisa ser tratada. Porque a situação já está grave e nós vamos
125 ter uma situação agora com esta estiagem pior ainda. E o que nós estamos
126 vendo como solução não vai solucionar nada. Na gestão passada, no ano
127 passado, eu várias vezes demandei aqui – e está constando em ata – trazer a
128 questão hídrica para esta Câmara. Isso é uma diretriz que está na nossa
129 prerrogativa de competência da Câmara Normativa e Recursal, de aprovar
130 normas e diretrizes necessárias à proteção ambiental. Então, no nosso
131 entendimento, diretriz para questão hídrica tem que ser trazida aqui. E, no
132 nosso entendimento, não existe uma diretriz coerente com o que tem que ser
133 feito. Estão aí vários momentos que nos sinalizam isso.” O conselheiro
134 Gustavo Henrique Wykrota Tostes manifestou apoio à solicitação de reunião
135 com os representantes da sociedade civil, incluindo “todos que tenham
136 assento no Plenário do COPAM, na CNR e nas Unidades Regionais
137 Colegiadas, para contribuir com a força-tarefa para a melhoria do sistema
138 ambiental do Estado”. Registrou ainda as seguintes considerações: “Duas
139 questões que precisam ser enfrentadas, principalmente por esta Câmara
140 Recursal e pelo governo, em relação ao licenciamento ambiental. A primeira
141 delas. Eu também sou conselheiro do Parque do Rola-Moça, e nós tivemos,
142 inclusive, uma apresentação da FEAM na última reunião do Conselho do
143 Parque do Rola-Moça. Foi, inclusive, encaminhada uma carta à secretária
144 presidente desta Câmara, pedindo, inclusive, empenho na regulamentação
145 dos serviços de limpa-fossa. Isso não está regulamentado para fins de
146 licenciamento em nível estadual. A FEAM já tem uma proposta de
147 regulamentação disso. No caso do Parque do Rola-Moça, os bairros do
148 entorno não têm serviço de esgotamento sanitário satisfatório, boa parte deles
149 trabalham com fossa séptica. E tem serviço de limpa-fossa que não está
150 devidamente regulamentado para fins de licenciamento ou o serviço como um
151 todo. E o que isso vem ocasionando – identificado pela própria FEAM? A
152 descarga do limpa-fossa nos cursos de água. Então, nós estamos fazendo
153 hoje todo um trabalho de preservação de mananciais, de preservação de
154 nascentes, para o problema de falta de água como um todo, e de outra parte
155 estamos com um ‘trabalho’ de poluição diária e constante dos mananciais de
156 recursos hídricos, através de um serviço que está sendo executado à margem
157 da fiscalização e do governo estadual, que vem contribuindo ou prejudicando,
158 de forma sistêmica, principalmente, a questão dos recursos hídricos. Então,
159 eu pediria que houvesse um empenho por parte deste Colegiado e da
160 Secretaria para que fizéssemos a regulamentação. Esclareço que a FEAM já
161 tem um trabalho sobre esse fim, de grande monta e relevância. Então, que
162 viesse a ser aproveitado. Outro ponto da minha fala é também em relação a
163 questão do licenciamento ambiental e com relação à manifestação das

164 unidades de conservação. Existe um limbo, por assim dizer, em relação à
165 interpretação. Eu acho que esta Câmara deveria esclarecer até que ponto as
166 unidades de conservação devem se manifestar e como se dá essa
167 manifestação nos licenciamentos ambientais. Se é tão-somente uma
168 recomendação para que as Suprams estabeleçam as condicionantes ou se a
169 manifestação estabelece condicionantes. Até onde eu compreendo, a Lei do
170 SNUC defende que as unidades de conservação tenham competência para
171 estabelecimento de condicionantes. Mas não é esse o entendimento dos
172 gestores das unidades de conservação, principalmente, por recomendação
173 verbal dos órgãos superiores. Então, existe um limbo, uma indefinição em
174 relação a isso, e eu acho que deve ser enfrentado e definido de forma clara se
175 as manifestações das unidades de conservação em relação ao licenciamentos
176 ambientais são de caráter meramente recomendatório, para ser ou não
177 apreciado nos votos das URCs, no estabelecimento das condicionantes, ou se
178 as manifestações das unidades de conservação nos licenciamentos
179 ambientais – e quando assim definem condicionantes ou compensações são
180 vinculativas às decisões da URC. Ou seja, hoje nós estamos em um limbo em
181 que ninguém sabe o que fazer. Um caso objetivo em que isso aconteceu – e
182 que eu relatei aqui – é o PA COPAM 237/1994/081/2006, em que, por incrível
183 que pareça, todas as recomendações, inclusive recomendação técnica da
184 unidade de conservação – não foram observadas quando do estabelecimento
185 das condicionantes por parte do julgamento da URC, e sequer constaram do
186 Parecer Único da Supram, sequer foram objeto de manifestação positiva ou
187 negativa em relação a esse item. O que eu entendo que, inclusive, eiva de
188 nulidade tal procedimento. Isso já foi trazido aqui no ano passado, para esta
189 Câmara. Ficaram de avaliar isso e se posicionar. Eu acho que, se estamos
190 querendo agilizar os processos de licenciamento, o que nós temos que acabar
191 é com os limbos, em que se pode ter duplas, triplas, quádruplas interpretações
192 sobre determinada questão.” Presidente André Luis Ruas: “Com relação aos
193 caminhões limpa-fossa, como a FEAM já tem uma proposta, eu entendo que
194 ela vai ser discutida e avaliada por este Plenário. Então, é simplesmente a
195 questão de eles prepararem uma proposta para ser encaminhada ao COPAM,
196 para que o COPAM possa discuti-la. Quanto ao segundo ponto que o senhor
197 colocou, a título de informação para os senhores conselheiros e demais
198 presentes, nós tivemos uma reunião na SEMAD, junto com o coordenador
199 regional do ICMBio, neste mês, e ele também levou alguns pontos em que
200 estava em dúvida, justamente nessa questão de como seriam avaliadas as
201 condicionantes das autorizações junto com o licenciamento. Porque a norma
202 federal que rege isso é a Resolução Conama nº 428, salvo engano, e nós
203 fizemos essa reunião justamente para fazer um alinhamento geral. A
204 Resolução Conama 428 fala que a unidade de conservação pode dar uma
205 autorização para o licenciamento, com condicionantes, inclusive. O órgão

206 gestor da unidade de conservação pode deliberar condicionantes. Nós
207 estamos fazendo um procedimento, na verdade, com alinhamentos de uma
208 padronização para todas as Suprams. O que nós estamos percebendo é que,
209 em alguns casos, as Suprams realmente incorporam as condicionantes da
210 unidade de conservação no licenciamento, e outras, não. Então, eu acho que
211 está faltando é procedimento, não é nem regulamentação por falta de norma.
212 Isso por conta das unidades de conservação federais. Pelas unidades de
213 conservação estaduais, o IEF já tinha uma minuta de deliberação normativa
214 COPAM, que estava sendo discutida junto com a SEMAD, para que fosse
215 levada ao COPAM para deliberação. Nós estávamos fazendo esse trabalho
216 no final do ano passado, e por várias questões internas, de mudança de
217 governo e outras, acabou que não conseguimos finalizar para encaminhar ao
218 COPAM, para que o COPAM deliberasse justamente esse procedimento.
219 Dentro da força-tarefa que foi criada pelo governo e da discussão que está
220 sendo feita na SEMAD, nós estamos levantando justamente pontos de pauta
221 de legislação e de normatização que são prioridades para que sejam
222 realizadas, para que se atenda o objetivo da força-tarefa. Por exemplo, a
223 questão da anuência da unidade de conservação no âmbito do licenciamento,
224 eu entendo que é um ponto prioritário, que afeta diretamente o licenciamento,
225 que é justamente um dos principais objetos da força-tarefa. Então, como nós
226 estamos fazendo primeiro esse trabalho de diagnóstico, inclusive do ponto que
227 o conselheiro Eduardo falou, nós temos que saber exatamente a questão
228 operacional, desde recursos humanos, questão de tecnologia de informação
229 que nós temos utilizado, sistemas operacionais, aqui dentro do Sisema,
230 quanto questões maiores de legislação que vão ter que passar pelo COPAM.
231 Se for uma questão da mudança da lei, terá que ir para a Assembleia
232 Legislativa. Então, neste primeiro momento da força-tarefa, nós estamos
233 fazendo, exatamente, o levantamento desses pontos que seriam prioritários
234 para a revisão das normas. Esse ponto que ficou pendente do ano passado,
235 da proposta de minuta de DN que o IEF fez para disciplinar a anuência das
236 unidades de conservação no licenciamento, eu acho que vai ser um dos
237 pontos importantes que vão ser trabalhados. Na questão das anuências
238 federais, nós já estamos alinhando com o ICMBio um procedimento interno da
239 SEMAD, porque, nesse ponto, nem temos dúvida a respeito do que temos que
240 seguir. É questão de padronizar o entendimento com todas as Suprams.”
241 Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Nesse sentido, eu pediria que
242 esse processo que eu citei ficasse como estudo de caso, para ver como vai
243 ser feita a regularização do mesmo. Pelo que o senhor falou, foi licenciado de
244 uma forma não observando a norma correta. Inclusive, pelo fato de ter
245 passado no Parque do Rola-Moça. Eu sou também conselheiro do parque, e
246 pediria que fosse observado e, inclusive, desse um posicionamento para nós
247 sobre a evolução disso, de forma concreta.” Conselheiro Carlos Alberto Santos

248 Oliveira: “Algumas questões, recomenda-se que tratemos de forma política,
249 ponderada e cuidadosa, mas eu sou obrigado a não agir dessa forma. André
250 Ruas, nós somos colegas aqui do Sisema há muito tempo, e eu acompanho
251 com atenção a sua ascensão, o seu conhecimento, a sua participação sempre
252 positiva nas questões ambientais a que a Faemg tem sido chamada a discutir.
253 Tenho grande respeito pelo técnico, mas, sinceramente, eu gostaria de ver
254 hoje nesta mesa o secretário ou a secretária adjunta. Está na hora de começar
255 a trabalhar. Nós estamos na metade do quarto mês. A essa audiência de que
256 o Eduardo falou, lá na Assembleia, eu prestei muita atenção, mas foi gasta a
257 maioria do tempo para falar mal da administração passada. Na qualidade de
258 cidadão, eu fico incomodado com isso. Eu quero reiterar aqui o pedido do
259 Eduardo, corroborado pela conselheira, desse momento de ouvir as pessoas,
260 as entidades, porque essa força-tarefa não vai ocorrer muito da forma como
261 você falou, André, tanto é que eles se resguardaram com o Artigo 4º. O Artigo
262 4º, na realidade, quer dizer o seguinte: ‘se o trem estiver muito feio, nós vamos
263 fazer do nosso jeito’. Tem uma resolução da SEMAD, aquela que determina a
264 instalação dos horímetros nos equipamentos de irrigação e de uso de água. É
265 importante, mas não pode ser daquele jeito. Vai dar errado. Nós pedimos à
266 doutora Marília, ao secretário de Meio Ambiente. É agir de uma forma de
267 consertar o pneu do carro com ele andando. Essa questão do conteúdo do
268 que a força-tarefa vai fazer está me cheirando a pacotão, pelo menos pelo que
269 entendi. No COPAM, não dá mais para engolir pacotão. Nós poderíamos ficar
270 aqui falando uma porção de coisas, e eu vou me ater a uma a que, apesar de
271 todos as nossas ponderações, o governo não está dando bola. O secretário
272 Sávio, na Assembleia, deu uma explicação que é até plausível, mas não dá.
273 O Código Florestal trouxe o Cadastro Ambiental Rural, que, no entendimento
274 da Federação da Agricultura, das lideranças rurais, de ambientalistas... O
275 Cadastro Ambiental Rural não é invenção da bancada ruralista, é um
276 documento que foi construído com a participação de ONGs nacionais e
277 internacionais e o Ministério do Meio Ambiente. Nós da Federação da
278 Agricultura – e acredito que também da Fetaemg – depositamos no CAR uma
279 grande esperança de que tantos problemas que foram criados ao longo de
280 tantos anos sejam resolvidos. O Cadastro Ambiental Rural de Minas Gerais é
281 o mais atrasado do país. Sergipe e Alagoas, aqueles Estados que são,
282 sabidamente, menos dotados de meios, fizeram mais cadastros do que Minas.
283 E por que não estamos fazendo Cadastro Ambiental Rural em Minas? É por
284 que o produtor não quer? Não. A Faemg qualificou, e a Fetaemg também, um
285 grande número de pessoas, com ajuda da SEMAD. Desse grande número de
286 pessoas, alguns são profissionais a ponto de sentar no computador, com o
287 produtor rural, e fazer o CAR dele. Outros não fazem isso, mas podem orientar
288 quem estiver no sindicato. E qual é o problema do CAR? Fala-se que aqui em
289 Minas Gerais tem a melhor política de meio ambiente, mas eu trato isso de

290 forma diferente. É por isso que eu não estou sendo muito político. Minas
291 Gerais é muito metido a besta com as coisas, nós cismamos em fazer aqui um
292 modelo de Cadastro Ambiental Rural só para Minas Gerais. E mais ainda,
293 nesta mesma sala, quando vieram fazer aqui a explicação de como iria
294 funcionar o Cadastro Ambiental Rural de Minas, nós descobrimos que ele
295 estava sendo feito com base na Lei Florestal antiga. E nós já tínhamos o
296 Código Florestal Brasileiro. Enfim, é uma confusão que eu não entendo. O
297 Cadastro Ambiental Rural em Minas, para deslanchar, tem que simplesmente
298 abandonar a vaidade com que Minas se vestiu para montar uma forma mineira
299 de fazer cadastro, migrar para a plataforma federal, para podermos trabalhar.
300 Isso não precisa de força-tarefa, não precisa de dinheiro, precisa que o senhor
301 secretário de Meio Ambiente, com a equipe, fale que ‘vamos resolver’. Na
302 Assembleia Legislativa, eu falei mais ou menos essas mesmas palavras.
303 Minas Gerais não pode pagar mico com o Cadastro Ambiental Rural.”
304 Presidente André Luis Ruas: “Tem um setor específico da SEMAD para tratar
305 do CAR, que é o Núcleo de Estudos e Projetos de Zoneamento. Nós estamos
306 fazendo várias tratativas com a ministra Isabella Teixeira e o Ibama, porque o
307 problema do CAR estadual é que temos uma dificuldade muito grande com
308 sincronização com o CAR federal. Porque são dois sistemas informatizados
309 distintos, só que o proprietário rural tem que fazer o CAR estadual e sincronizar
310 com o cadastro federal. Por uma série de problemas de sistema de informação
311 propriamente dito, dava muito erro na comunicação entre os sistemas. Então,
312 muitas vezes, o produtor conseguia o registro no CAR estadual, mas não
313 sincronizava com o CAR federal, e estávamos exigindo o CAR federal,
314 inclusive, para o licenciamento ambiental e travavam as coisas aqui dentro.
315 Como detectamos esse problema agora, estamos tentando fazer uma parceria
316 com o Ministério do Meio Ambiente para utilizar o sistema federal, com
317 algumas customizações próprias daqui de Minas. Essa discussão está sendo
318 feita com a ministra, e, infelizmente, não tenho informação a respeito da
319 previsão de quando isso vai ser implementado propriamente dito. Nós estamos
320 cientes desse problema, inclusive a Ufla, que era o gestor, que criou. Nós
321 contratamos a Ufla para que desenvolvesse o sistema. Então, passamos todos
322 os cadastros e tínhamos um problema muito grande de, às vezes, o produtor
323 fazer o cadastro e errar, e não tinha a possibilidade de retificar. Nós temos a
324 ciência de todos os problemas do sistema estadual e estamos tentando
325 corrigir, para tentar utilizar o sistema federal, mas precisaremos fazer algumas
326 customizações no sistema deles. A doutora Marília tem mais informações do
327 que eu, ela foi a Brasília e, inclusive, discutiu isso com a ministra. Infelizmente,
328 quero até justificar, por outros compromissos assumidos, não foi por falta de
329 vontade que ela não pode vir presidir a CNR. De qualquer forma, eu vou
330 repassar para ela esses problemas discutidos aqui, inclusive a questão da
331 importância dela e do secretário, para poder participar das próximas reuniões.”

332 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Pela expertise que o pessoal na
333 Faemg adquiriu, se eu fosse a Secretaria de Meio Ambiente, pararia com esse
334 negócio de customização, abandonaria o que já foi feito em Minas, com o
335 prejuízo que já deu e com tudo o que gastou, e falaria assim: migra-se para o
336 cadastro federal. Isso resolve o problema. Se ficar indo a Brasília e ver o que
337 fazer, vai ficar aí.” Presidente André Luis Ruas: “A vantagem do sistema
338 federal é que eles têm muito mais recursos financeiros para tratar do sistema
339 deles, inclusive mais do que o nosso, na questão de aquisição de mapas. Tem
340 que ter mapa com determinada escala de resolução para que se possa,
341 inclusive, desenhar a sua propriedade rural. Só que há questões do Código
342 Florestal estadual e do Código Florestal federal. Eu também não sou
343 especialista em sistema de informação, mas acho que, pela legislação
344 estadual, talvez o sistema federal não conseguiria atender a tudo. Por isso,
345 seria essa questão.” O conselheiro Carlos Eduardo Ferreira Pinto corroborou
346 a solicitação do conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento para que
347 seja ampliada a discussão da força-tarefa, com a participação da sociedade
348 civil, e registrou as seguintes considerações: “Desde há mais de seis anos, eu
349 participo do COPAM nas suas URCs, e sempre participei com muita dedicação
350 e conheço um pouco do sistema. Quando começamos a procurar culpados e
351 causas, nós nos esquecemos do real problema. Definitivamente, a lentidão do
352 licenciamento não é causada pela descentralização, pelas URCs. O grande
353 problema hoje é a falta de estrutura administrativa. Técnicos mal
354 remunerados, desestimulados; falta de apoio, falta de capacitação. Então,
355 quando se começa a procurar outros caminhos, é inevitável o equívoco. Eu
356 acho que nós temos que ter muito cuidado e discutir muito o sistema, para não
357 cairmos em uma armadilha de soluções simples, rápidas e erradas para
358 problemas complexos. É preciso uma discussão com maior profundidade para
359 mantermos funcionando de maneira razoável, para que o empreendedor não
360 seja prejudicado, pois é quem busca no sistema a sua regularização. O
361 Eduardo falou da ausência do Ministério Público, da participação, e,
362 sinceramente, como representantes do Ministério Público, encaramos isso de
363 maneira muito natural. O que não admitimos é colocar o Ministério Público
364 como causador da lentidão do sistema. Se quer tomar uma posição política de
365 retirar o Ministério Público por isso ou aquilo, é legítimo, faz parte do jogo
366 democrático, e nós vamos aceitar. Agora, eu tenho, estatisticamente, os
367 números de pedidos de vista que o Ministério Público tem, e, sinceramente,
368 acredito que um licenciamento republicano deve ser o mais amplo possível,
369 na medida em que nós, seguramente, trazemos muito mais segurança ao
370 processo de maneira a dar legitimidade aos processos, discuti-los, do que
371 tumulto ou qualquer outra situação. Falo como promotor de meio ambiente que
372 integrou, muitas vezes, o COPAM e que, em diversas ocasiões, sequer
373 instauramos procedimentos ou inquéritos, e discutimos aqui uma

374 condicionante aqui e uma acolá. Eu acho um pouco estranho essa discussão
375 se virar para o Ministério Público, porque o COPAM é democrático e há
376 diversas instituições. Eu nunca vi sequer questionarem a participação da
377 Fiemg ou de empreendimentos minerários, ou o Sindiextra ser questionado
378 mesmo integrando a Fiemg. A Polícia Militar, o Ibama. Eu não sei, realmente,
379 e causa estranheza realmente esse tipo de conduta, mas eu acho que é
380 legítima dentro de um contexto democrático. Nós temos que aceitar essas
381 situações, e, qual seja a tomada de decisão, que ela seja tomada desde que
382 colocada de forma transparente: 'Não quero a participação por tal motivo'. E
383 não colocando o Ministério Público como sendo um agente causador de
384 lentidão do sistema. Quanto a isso, nós temos estatísticas para colocar. Acho
385 que fundamental, para que tragamos segurança jurídica para todo o sistema,
386 que haja discussão. Vou dar um exemplo concreto. Todos nós enfrentamos a
387 questão da AAF, Autorização Ambiental de Funcionamento, que foi tida como
388 uma ideia mirabolante implantada e que, depois de alguns anos, com as ações
389 e as decisões do Poder Judiciário, repercutiu de maneira negativa em vários
390 empreendedores. Então, nós temos que ter muito cuidado nas ideias
391 mirabolantes, para que as construções sejam feitas de maneira sustentável,
392 quer seja técnica e juridicamente, para que tragamos segurança para todos,
393 para que busquemos a celeridade que o licenciamento deve ter, desatemos
394 esses nós no sistema de maneira razoável, mas enfrentando a questão de
395 uma maneira muito pragmática e institucional. Então, quando o Eduardo veio
396 falar que alguém falou, eu realmente tendo a desacreditar disso. Eu acredito
397 nas instituições e acho que o Sisema e o Ministério Público, como qualquer
398 instituição aqui presente, é maior do que as pessoas que ocupam as funções.
399 Eu acho que tem que caminhar no sentido de trazer segurança para quem usa
400 esse sistema, que no caso é o empreendedor. E é o mesmo exemplo do CAR.
401 Ressalto suas palavras, Carlos Alberto, de apoio ao CAR. Nós também
402 entendemos que o CAR é um instrumento excepcional. Agora, não adianta
403 criar um instrumento e não dar condição para que o agricultor faça o seu
404 cadastro. Nas discussões e sustentações, sempre há muitas leis, e me
405 permitam citar uma lei só, a lei de Newton, a terceira: 'Para toda ação, tem
406 uma reação'." **4) EXAME DA ATA DA 81ª REUNIÃO.** Aprovada por
407 unanimidade a ata da 81ª reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada
408 em 26 de novembro de 2014. **5) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA**
409 **COPAM PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 5.1) Minuta de Deliberação**
410 **Normativa COPAM que aprova lista das espécies da flora ameaçadas de**
411 **extinção do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Retorno**
412 **de vista: conselheiros Paula Meireles Aguiar, Fábio Henrique Vieira**
413 **Figueiredo, Carlos Alberto Santos Oliveira e Victor Soares Lopes.** Item
414 retirado de pauta pela Presidência: "Foi retirado de pauta para ser pautado na
415 CPB, porque veio direto para a CNR. Foi pautada na CPB e aprovada. Só que

416 nós temos um fato novo. Entrou em vigor, em dezembro passado, uma portaria
417 do Ministério do Meio Ambiente que também aprovou uma lista de espécies
418 da flora ameaçadas de extinção. Essa portaria federal tem uma lista maior e
419 mais restritiva do que a nossa lista estadual. Por ter sido um fato novo,
420 posterior à última reunião, gostaria de retirar de pauta para que voltasse à
421 SEMAD e fosse discutido tecnicamente, para também não incorrer no erro de
422 aprovar uma norma aqui que esteja em desacordo com a norma federal.” **6)**
423 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO CONTRA**
424 **DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. 6.1) Mineração Vilas Boas Ltda. Pilhas de**
425 **rejeito/estéril. São Tomé das Letras/MG. PA 00689/2004/004/2012.** Item
426 retirado de pauta pela Presidência: “Era um item de recurso contra decisão de
427 arquivamento de um processo que estava sendo julgado na Supram Sul de
428 Minas, mas a própria Supram Sul de Minas encaminhou um pedido para a
429 SEMAD, para que fosse retirado de pauta, baseado na seguinte justificativa.
430 Esse processo da Mineração Vilas Boas tem uma tutela antecipada do Poder
431 Judiciário, que decidiu que a SEMAD restabelecesse o andamento do
432 processo de licenciamento. A Supram tinha decidido pelo arquivamento, o
433 empreendedor entrou com recurso administrativo e, ao mesmo tempo, entrou
434 na Justiça. Por decisão do Poder Judiciário, foi deliberado que voltasse ao
435 andamento. Então, na verdade, o recurso perdeu o objeto na esfera
436 administrativa.” **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
437 **RECURSO. 7.1) Granfêlix Mineração Indústria e Comércio Ltda. Lavra a**
438 **céu aberto com ou sem tratamento, rochas ornamentais e de**
439 **revestimento (mármore e granitos). Curral de Dentro/MG. PA**
440 **00242/1990/018/2007, AI 1323/2007.** Processo retirado de pauta com pedido
441 de vista do conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira e vista conjunta
442 solicitada pela conselheira Sônia Maria Costa Greco. Justificativa: “O Sistema
443 de Meio Ambiente de Minas Gerais arrumou uma confusão tão grande nesse
444 negócio de auto de infração, defesa de auto de infração, instrução de processo
445 administrativo, julgamento, recurso administrativo. Eu vou pedir vista, não vou
446 analisar profundamente. Quero saber como anda, e é uma oportunidade de se
447 fazer isso. (conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira). **7.2) Consórcio AHE**
448 **Porto Estrela. Geração e fornecimento de energia elétrica. Joanésia/MG.**
449 **PA 00171/1994/003/1999, AI 241/99.** Processo retirado de pauta com pedido
450 de vista do conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira, com a mesma
451 justificativa registrada no item 7.1. **7.3) Indústria e Comércio de Polvilho**
452 **Universo Ltda. Fabricação de produtos da mandioca. Conceição dos**
453 **Ouros/MG. PA 01423/2002/001/2002, AI 1054/2002.** Processo retirado de
454 pauta com pedido de vista do conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira, com
455 a mesma justificativa registrada no item 7.1. **8) PLANO ESTADUAL DE**
456 **MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Apresentação: FEAM.** Felipe Santos de Miranda
457 Nunes, gerente de Energia e Mudanças Climáticas, da FEAM, fez

458 apresentação à Câmara sobre a elaboração e a implementação do Plano
459 Estadual de Mudanças Climáticas, destacando os aspectos principais, e em
460 seguida se colocou à disposição para críticas e sugestões. “O Plano traz
461 diretrizes e ações setoriais para trabalharmos a questão de energia e
462 mudanças climáticas, trabalhando na redução da emissão de gases de efeito
463 estufa e na adaptação ou preparo do território mineiro aos eventos extremos
464 e à variação gradual do clima. Essas ações compõem um portfólio no horizonte
465 temporal de 2015 a 2030, com aproximadamente 70 ações. O objetivo da
466 FEAM é dar ciência ao COPAM não simplesmente pela transparência, mas
467 também para aproveitar a oportunidade da transversalidade existente aqui dos
468 representantes da sociedade e do governo, para trabalharmos essa política
469 pública de forma efetiva. É uma política de médio e longo prazos, mas com
470 ações de curto prazo”, destacou. O conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz
471 colocou o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
472 (Crea) à disposição para participar do trabalho. “Nós tivemos, recentemente,
473 por meio do Conselho Regional de Engenharia, um convênio da Fundação
474 Nacional de Saúde para saneamento nos municípios. Quando você fala de
475 apoio técnico aos municípios, como você vê a possibilidade de o Crea
476 participar? Estou dizendo porque nós temos oito câmaras especializadas
477 dentro do Conselho de Engenharia, com profissionais do Estado todo. São
478 profissionais qualificados e indicados pela própria comunidade para participar,
479 e de alguma forma nós acreditamos que podemos contribuir. Quero, neste
480 momento, aproveitar para estender essa oferta de apoio e saber como você
481 acha que nós podemos contribuir.” Felipe Santos de Miranda Nunes: “É nosso
482 interesse identificar essas sinergias. Agradeço o conselheiro pela oferta. Na
483 questão do apoio, está sendo estruturada aquela plataforma online, que foi
484 lançada agora. E, junto ao BDMG, nós estamos projetando essas
485 capacitações itinerantes por meio da plataforma. Esses módulos de
486 capacitação serão pensados agora. Teremos uma reunião, daqui a duas
487 semanas, para esse comitê formatar essa capacitação. E é muito bem-vindo
488 o apoio de diversos setores que tenham expertise técnica para isso. Podemos
489 pensar nessas capacitações itinerantes ou mesmo em formato até de vídeos
490 tutoriais, conjuntamente com a equipe da FEAM, o BDMG, e podemos colocar
491 essa proposta de capacitação técnica na mesa dentro do comitê de gestão
492 desse fundo climático. A minha proposta é que seja encaminhado e-mail à
493 FEAM ou ao presidente do COPAM, para formalizarmos esse convite, no qual
494 nós vamos dar uma resposta institucional para a próxima reunião, se
495 apresentada a sua oferta, que é muito bem-vinda.” **9) PROPOSTA DE**
496 **AGENDA ANUAL DE REUNIÕES DA CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL**
497 **DO COPAM PARA O ANO DE 2015.** Aprovada por unanimidade a agenda de
498 reuniões da Câmara Normativa e Recursal para o ano de 2015, com previsão
499 de sessões mensais às quartas-feiras, no período da tarde, conforme proposta

500 apresentada pela SEMAD. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
501 assuntos a serem tratados, o presidente Danilo Vieira Júnior declarou
502 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

503

504

APROVAÇÃO DA ATA

505

506

507

Marília Carvalho de Melo